

Por Bruna Chieco



Hoje, 85% dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) estão concentrados em renda fixa, segmento em que se destacam os títulos públicos, favorecidos pelas elevadas taxas de juros, que proporcionam retornos elevados com baixo risco de crédito.

Para o Diretor-Presidente da Abrapp, Devanir Silva, a concentração em títulos públicos é resposta racional ao momento, mas não pode virar estratégia permanente. Ele fez o alerta durante o Conexão Governança, promovido pela Petros na última segunda-feira, 24 de agosto. “O problema é imaginar que essa estratégia continuará funcionando para sempre e aí está o verdadeiro risco”, disse.

Ele articulou esse raciocínio em torno do papel da meta atuarial, da governança de longo prazo e da diversificação como instrumento de sustentabilidade durante o painel “Investimentos em Movimento, Governança e Adaptação Estratégica”. O moderador foi o Diretor de Investimentos da Petros, Gustavo Gazzaneo, e como painelistas estiveram presentes o Frederico Schulz, Diretor interino de Riscos, Finanças e Tecnologia da fundação, e Alexandre Finamori, conselheiro deliberativo e membro do Comitê de Investimentos da Petros.

A pergunta central foi como preservar a sustentabilidade dos planos quando o ciclo de juros mudar. Segundo Devanir, a previdência complementar administra compromissos de 30, 40 e até 70 anos, enquanto os juros elevados são conjunturais e as obrigações dos planos são estruturais. “Quando os juros caírem, os títulos novos pagarão menos e a renda fixa deixará de entregar os mesmos retornos”, pontuou.

Nesse sentido, a meta atuarial não é apenas um número a ser superado, mas sim uma maneira de preservar o benefício durante décadas. “Isso envolve compromisso, assumido com participantes ao longo de toda a vida do plano, capacidade de pagamento futuro de benefício com segurança e previsibilidade e o equilíbrio entre gerações”, destacou Devanir.

A concentração excessiva também representa risco, segundo ele, seja pelo reinvestimento, diante da perspectiva de títulos novos pagarem menos quando os juros caírem; pelo descasamento entre ativos e passivos, quando há desalinhamento entre os prazos dos investimentos e a duração das obrigações; ou pelo risco de oportunidade, associado à perda de retornos superiores disponíveis em outras classes de ativos.

Devanir reforçou que a diversificação segue sendo o melhor instrumento de governança das EFPC. “Não existe carteira ideal, existe carteira adequada. Solvência é estratégia e movimento. Não é uma fórmula engessada”. As novas regras de alocação, estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.994 e, a mais recente, 5.202, foram fundamentadas no princípio de diversificação e na aderência restrita ao passivo, explicou.

Na prática, isso significa que a diversificação dos investimentos não pode ser dissociada das características das obrigações futuras dos planos. A alocação de recursos precisa considerar o prazo em que os benefícios deverão ser pagos, o fluxo de caixa necessário para honrar os compromissos e o perfil de maturidade dos participantes, de forma que os investimentos estejam alinhados ao horizonte de desembolso de cada plano.

É esse o princípio que sustenta a Gestão de Ativos e Passivos (ALM, na sigla em inglês), citada por Devanir como um dos avanços trazidos pela nova resolução, que também impulsiona o crescimento dos ativos estruturados e a integração de métricas ASG à gestão das entidades.

Ele sintetizou que o principal ativo das entidades é a confiança. “Preparar as carteiras para o Brasil

de amanhã, com redução de juros, é buscar frentes de retornos, investimentos alternativos, o uso da tecnologia para automatizar e otimizar a gestão e as análises preditivas, ou seja, decisões prudentes de longo prazo”.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 25.08.2026.